



Prefeitos, vereadores, deputados e senadores do Amapá visitam José Sarney para prestar-lhe solidariedade

Luta para enfraquecer Lula provocou crise, diz Sarney

O presidente do Senado, José Sarney, disse ontem que foi atropelado por uma luta política que visa enfraquecer o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Ele fez essa afirmação a vereadores, prefeitos, deputados e senadores do Amapá que estiveram em seu gabinete para lhe prestar solidariedade. **4 e 5**

PT examina representações. Duque dá hoje novo parecer



Aloizio Mercadante afirma que petistas são contra arquivamento sumário

Aloizio Mercadante anunciou que a banca petista analisará as denúncias levadas ao Conselho de Ética para decidir se apoia seu desarquivamento. O PSDB e Arthur Virgílio entraram ontem com pedidos para que sejam desarquivadas seis representações. Hoje, Paulo Duque deve se manifestar sobre ação contra Virgílio. **4 e 5**

Estímulo ao biodiesel deve ser restabelecido

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle aprovou proposta que prevê a criação de linhas de crédito voltadas para o cultivo de plantas oleaginosas e investimento em unidades de produção de biodiesel. A

intenção é restabelecer incentivo vetado anteriormente pelo governo. O colegiado decidiu também realizar audiências públicas para discutir mecanismos de controle de gastos públicos relacionados com a Copa do Mundo de 2014. **2**

Contribuinte pode ter opção de pagar IR em nove parcelas

Pagamento parcelado do Imposto de Renda poderá ser feito sem a incidência de juros ou correção sobre parcelas, conforme projeto aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos. **7**

Contribuição assistencial pode ser compulsória

Projeto aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos torna compulsório o desconto de contribuição que financia negociação coletiva e atividades sindicais. **7**

Mortalidade materno-infantil ainda é grande e assusta governo

Representante do Ministério da Saúde em audiência no Senado considerou inadmissível o país conviver com "índices absurdos" de mortalidade no semiárido nordestino e na Amazônia. **6**

Aprovada dedicação exclusiva para os professores

Comissão de Educação acolhe também projeto que torna obrigatória execução do Hino Nacional em escola pública e privada

Com o objetivo de valorizar o ensino público em todos os níveis, a Comissão de Educação aprovou projeto de lei que determina ao poder público a instituição do regime de dedicação exclusiva para docentes da educação básica. Foi acolhido ainda projeto que obriga a execução do Hino Nacional em estabelecimentos de ensino fundamental. **8**



João Pedro (E) e Jucá ouvem o secretário da Receita, Otacílio Cartaxo (D)

CPI diverge sobre audiência com Lina Vieira

O relator da CPI da Petrobras, senador Romero Jucá, considerou o depoimento do secretário interino da Receita Federal, Otacílio Cartaxo, suficiente para esclarecer as dúvidas em torno da decisão da estatal de mudar o regime de recolhimento de impostos para evitar prejuízos decorrentes das variações cambiais. Ele afirmou que é desnecessária a convocação da ex-secretária da Receita Lina Vieira para falar sobre o assunto. Mas o senador Alvaro Dias discordou e citou nota da própria Receita que condenava a mudança após o início do ano fiscal. **3**

Proposta do senador César Borges, apoiada pela Comissão de Meio Ambiente, autoriza a abertura de linhas de crédito específicas para incentivar o cultivo de oleaginosas e investimentos em usinas de beneficiamento

Aprovado projeto que restabelece estímulo à produção de biodiesel

COM A FINALIDADE de impulsionar a fabricação de óleo diesel a partir de plantas oleaginosas, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou ontem proposta do senador César Borges (PR-BA) que prevê a criação de linhas de crédito voltadas para o cultivo dessas espécies e para investimentos em unidades de produção de biodiesel.

Ao defender sua proposta (PLS 18/2007), o senador lembrou que o projeto transformado na Lei 11.097/2005, que estabelece a política nacional de produção de biodiesel, já continha dispositivos prevenindo linhas de créditos específicas para a atividade. No entanto, esses dispositivos foram vetados pelo presiden-



CMA, presidida por Renato Casagrande: criação de linhas de crédito, que havia sido vetada, ganha caráter autorizativo

te da República, sob a argumentação de que invadiam matéria de iniciativa privativa do Executivo e não poderiam ter sido propostos pelo Congresso Nacional.

Para contornar essa dificuldade, César Borges reapresen-

tou a proposta dando caráter autorizativo a essas linhas de crédito, sem definir obrigações para bancos públicos federais.

– Não sendo impositivo, mas facultativo, a proposta dá um norte para facilitar inclusive

a produção de outras plantas oleaginosas – afirmou.

A proposta recebeu o apoio do relator, João Ribeiro (PR-TO). A matéria segue para exame na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), em decisão terminativa.

Audiência vai discutir controle de gastos com a Copa de 2014

Com o objetivo de acompanhar melhor os gastos públicos relacionados com a Copa do Mundo de 2014, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou a realização de uma audiência pública destinada a discutir mecanismos de controle de investimentos para a realização do evento. Devem ser convidados para o debate representantes da Procuradoria-Geral da República e de tribunais de

contas da União e dos estados e municípios nos quais serão realizados jogos.

A senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), que propôs a audiência, argumenta que, nos Jogos Pan-Americanos de 2007, no Rio de Janeiro, houve um “estouro” de orçamento, o que precisa ser evitado na Copa do Mundo.

O presidente do colegiado, Renato Casagrande (PSB-ES), lembrou que já foi criada uma subcomissão, no âmbito da CMA, justamente para

acompanhar as operações relativas à Copa de 2014.

Gestão das águas

A comissão também aprovou requerimento propondo a realização de audiência pública destinada a discutir o uso de águas superficiais e subterrâneas do território brasileiro, sua titularidade e responsabilidade administrativa e de gerenciamento.

O requerimento foi apresentado por Casagrande, que indicou como convidados os

presidentes da Agência Nacional de Águas (ANA), José Machado, e da Associação Brasileira de Águas Subterrâneas, Everton Luiz Costa Souza, bem como o coordenador do Fórum Nacional dos Órgãos Gestores de Recursos Hídricos, Julio César de Sá da Rocha.

A CMA aprovou ainda a realização de audiência pública para instruir o PLS 489/08, que altera regras para rótulos de embalagens de alimentos industrializados.

Definido grupo que participará de conferência da ONU

A Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas aprovou ontem, por unanimidade, a lista de integrantes do colegiado que participará da 15ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 15), em Copenhague, capital da Dinamarca, entre 7 e 18 de dezembro. Foram indicados os senadores Jefferson Praia (PDT-AM) e Ideli Salvatti (PT-SC), presidente do colegiado; e os deputados federais Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), vice-presidente; Colbert Martins (PMDB-BA), relator; Sarney Filho (PV-MA), Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP), Rômulo Gouveia (PSDB-PB), Rebecca Garcia (PP-AM), Luiz Carreira (DEM-BA) e Jorge Khoury (DEM-BA).

A presidente e o relator da comissão participarão, nesta sexta-feira, de audiência pública na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, em Florianópolis, com o objetivo de discutir mudanças climáticas e desastres naturais no estado.

Senadores lembram centenário de Jaime Câmara

O Senado homenageou ontem, em sessão especial, o centenário de nascimento de Jaime Câmara, fundador do grupo de comunicação do Centro-Oeste que leva o seu nome e é integrado por 22 veículos. Ao abrir a sessão, o presidente da Casa, José Sarney, disse que o empresário potiguar, que se estabeleceu em Goiás em 1930, é um exemplo para todo o país.

Autor do requerimento para a realização da sessão de homenagem, o senador Marconi Perillo (PSDB-GO) afirmou que mais do que sonhador e visionário, Jaime Câmara, falecido há 20 anos, foi um empreendedor e alguém que teve a coragem de acreditar na modernidade que representaria a criação de Goiânia, de Brasília e do Tocantins.

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) disse que Jaime Câmara está entre as pessoas que nunca tiveram questionadas a sua postura, a sua dignidade e sua respeitabilidade. E o respeito que sempre obteve, acrescentou a senadora, deve-se ao fato de nunca ter perdido a coerência e a defesa das mesmas bandeiras. Leomar



Tasso (irmão do homenageado), Valim, Marconi e Jaime Câmara Júnior

Quintanilha (PMDB-TO) destacou o papel de Jaime Câmara para o amadurecimento democrático do país.

Por sua vez, Demostenes Torres (DEM-GO) lembrou que Jaime Câmara acordava todos os dias de madrugada e distribuía, no edifício-sede de seu conglomerado, pão com manteiga e café com leite aos trabalhadores de suas empresas e de outras firmas da região, aos estudantes e aos moradores de rua.

O senador João Ribeiro (PR-TO) também destacou a atuação de Jaime Câmara para a criação do Tocantins e Marco Maciel (DEM-PE) ressaltou o papel do empresário em prol

da imprensa brasileira. José Agripino (DEM-RN) disse que os veículos de comunicação de Jaime Câmara ajudaram na formação da consciência cívica da população de Goiás.

Impossibilitada de comparecer à homenagem, Kátia Abreu (DEM-TO) enviou discurso, lido por Marconi, em que destacou a capacidade empreendedora de Jaime Câmara. Compareceram à sessão o presidente da Assembleia Legislativa de Goiás, Helder Valim; e o presidente das Organizações Jaime Câmara, Jaime Câmara Júnior; além de outros diretores da organização e familiares do homenageado.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Cinco PECs em pauta no Plenário

A sessão deliberativa tem início às 14h. Na pauta, cinco propostas de emenda à Constituição. Entre elas, está a PEC 7/08, que determina que os objetivos da ordem social serão avaliados por meio de indicadores de responsabilidade a serem estabelecidos em lei complementar.

Agenda do presidente

O presidente do Senado Federal, José Sarney, preside às 16h a ordem do dia da sessão plenária.

CDH debate impacto de barragem

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) se reúne às 9h. Na primeira parte, debate o conflito entre as populações atingidas pela construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí e os órgãos federais responsáveis pelo gerenciamento da política energética.

CRE discute compra de aviões

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) recebe, às 14h30, representante da Boeing, Jim Albaugh, que falará sobre licitação para a Força Aérea.

CCJ analisa Fundo de Fronteira

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) se reúne, às 10h, para analisar 35 itens. Entre eles, a proposta que cria Fundo de Desenvolvimento dos Municípios de Fronteira.

CMO vota crédito especial

Seis projetos de lei destinando crédito especial em favor de vários órgãos públicos, no valor conjunto de cerca de R\$ 6,3 bilhões, serão examinados, a partir das 14h30, pela Comissão Mista de Orçamento (CMO).

CAE, CDR e CAS fazem audiência sobre turismo

Às 10h, as comissões de Assuntos Econômicos (CAE), de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) e de Assuntos Sociais (CAS) realizam audiência conjunta sobre o projeto que cria o Serviço Social do Turismo (Sestur) e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Turismo (Senatur).

CE examina adicional para vigilantes

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) realiza, às 10h, audiência pública sobre projeto de lei que cria adicional por atividade de risco para os vigilantes de instituições federais de ensino superior e de pesquisa.

CCJ e CCT promovem debate sobre reforma eleitoral

As comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) se reúnem às 9h, no plenário do Senado, para debaterem a minirreforma política, aprovada pela Câmara. Presença do ministro da Defesa, Nelson Jobim.

Livre trânsito das três Armas em terra indígena

A garantia da liberdade de trânsito das Forças Armadas e da Polícia Federal em terras indígenas foi defendida ontem por senadores e pelo Ministério da Defesa, durante audiência pública conjunta das comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

O debate teve como objetivo subsidiar o exame do Projeto de Lei do Senado (PLS) 69/04, de iniciativa de Augusto Botelho (PT-RR), que autoriza a atuação, em terras indígenas, do Exército, da Marinha, da Aeronáutica e da PF. Segundo o senador, as Forças Armadas já prestam relevantes serviços aos índios, com destaque na área médica, sendo, conforme observou, uma das instituições mais respeitadas pelas comunidades indígenas.

No entender de Augusto, com o trânsito livre e sem a burocracia de pedidos de autorização, a Polícia Federal também passaria a ter melhores condições de trabalhar, em especial no combate ao tráfico de drogas. À tarde, em discurso no Plenário, Augusto Botelho pediu aos parlamentares a aprovação do projeto de sua iniciativa.



Augusto Botelho: medida facilitaria o combate ao tráfico de drogas

Cuidados

O senador João Pedro (PT-AM) disse, na audiência pública, que ninguém pode ser contrário à presença do Estado brasileiro, em terras indígenas, por meio das Forças Armadas e da PF. Porém, recomendou cautela na condução de todo o processo, uma vez que "os índios devem ter um olhar diferenciado".

Para a representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), Rosana Mattos, as comunidades indígenas, que somam mais de 200 povos no país, precisam ser ouvidas. A princípio, ela defende o projeto.

Representando o Ministério da Defesa, o coronel Marinho Pereira Resende Filho disse que a proposta está em sintonia com

o pensamento das Forças Armadas. O presidente da Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI), Márcio Meira, também defendeu a aprovação.

Satisfação

No pronunciamento que fez em Plenário, Augusto Botelho disse ter ficado "muito satisfeito com a audiência pública, pois, conforme salientou, os senadores presentes ao debate e os convidados, representantes de indígenas, da Funai e das Forças Armadas, concordaram que os militares e a Polícia Federal devem ter livre circulação nas terras indígenas, para defender os interesses do povo brasileiro.

O senador lembrou que as reservas muitas vezes são usadas pelo tráfico de drogas, o que obriga as autoridades a fazerem buscas. Disse que, após a instalação do Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam), foi apreendido um carro com quase 200 quilos de cocaína dentro de uma área indígena de Roraima.

Augusto Botelho observou que o relator da proposta, senador Neuto de Conto (PMDB-SC), apresentou voto favorável à aprovação da matéria

Otacílio Cartaxo diz na CPI da Petrobras que mudança no regime de recolhimento de tributo é alvo de divergência



À mesa, Marcelo Crivella (E), João Pedro, Romero Jucá e Otacílio Cartaxo

Para Jucá, não há necessidade de CPI ouvir ex-secretária

O RELATOR DA CPI da Petrobras, Romero Jucá (PMDB-RR), disse que o depoimento prestado ontem pelo secretário interino da Receita Federal, Otacílio Dantas Cartaxo, foi suficiente para esclarecer as dúvidas em torno da decisão da estatal de mudar o regime de recolhimento de impostos para evitar prejuízos decorrentes das variações cambiais.

Diante disso, o senador afirmou que não vê necessidade de convocar a ex-secretária da Receita Federal (SRF) Lina Vieira ou representante da Petrobras para falar sobre o assunto.

– Ela não vai acrescentar nada, não vai quebrar o sigilo da Petrobras, não vai dar nenhuma informação e não está mais no comando da Receita Federal. Em minha opinião, não é mais necessário [convocar] ninguém da Receita e nem da própria Petrobras, porque não houve multa e não houve nenhum tipo de questionamento da Receita.

Otacílio se limitou a especificar a proibição de servidores da Receita falarem sobre qualquer processo que envolva sigilo fiscal. Ele alegou impossibilidade de revelar se a Petrobras encontra-se ou não sob investigação, mas disse que a mudança de regime de recolhimento de impostos é alvo de divergências

no âmbito das suas delegacias e superintendências, uma vez que a lei é omissa em relação ao momento em que a mudança poderia ser feita num mesmo ano fiscal.

O secretário interino explicou que as divergências são administrativamente encaminhadas para uma decisão final da Receita, mas isso ainda não ocorreu em relação à mudança do regime de recolhimento de impostos.

Jucá adiantou que seu relatório final apresentará uma proposta de projeto de lei que ajuste as normas legais e lembrou ter participado dos debates em torno da medida provisória que implantou os novos regimes. Segundo o senador, o "espírito da lei" era que as empresas pudessem optar pela mudança a qualquer momento, uma vez que as crises cambiais não são previsíveis.

Otacílio disse que, por ser grande empresa, a Petrobras é monitorada pela Coordenação Geral de Acompanhamento dos Grandes Contribuintes. Assinalou que 70% da arrecadação federal vem desse tipo de contribuinte e que, a partir de 2008, todas as empresas que apresentem variações significativas no comportamento tributário estão sendo objeto de monitoramento.

Senadores homenageiam advogados brasileiros

A passagem, ontem, do Dia do Advogado, foi marcada no Plenário com pronunciamentos em que vários senadores destacaram a importância desse profissional para a democracia e o Estado democráti-

co de direito. Como foi lembrado na homenagem, o advogado é o único profissional do país com *status* constitucional. Em 11 de agosto de 1827 foram criados os dois primeiros cursos jurídicos do Brasil.

PAULO PAIM

AO PARABENIZAR OS mais de 700 mil advogados brasileiros, Paulo Paim (PT-RS) disse que um dos primeiros advogados da história foi Jesus Cristo, que defendeu uma mulher acusada de adultério, a quem a multidão pretendia apedrejar. Lembrou que a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) "sempre esteve na linha de defesa da democracia e do Estado democrático de direito".



Genálio Magela

MOZARILDO CAVALCANTI

NA HOMENAGEM, MOZARILDO Cavalcanti (PTB-RR) destacou artigo alusivo à comemoração da data, em que a advogada Bianca Stievano fala sobre a importância dessa profissão para a sociedade. No texto, ela observa que o advogado é o único profissional no país com *status* constitucional, conforme prevê o artigo 133 da Constituição brasileira.



Genálio Magela

VALTER PEREIRA

"LONGE DE CONSTITUIR um privilégio do profissional", o dispositivo traduz a garantia do cidadão. A afirmação foi feita por Valter Pereira (PMDB-MS), ao citar o artigo 133 da Constituição: "O advogado é indispensável à administração da Justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei".



Moreira Mariz

MARCO MACIEL

AO DESTACAR A importância da categoria para a sociedade, Marco Maciel (DEM-PE) fez um histórico do surgimento e da evolução dos cursos jurídicos no país. Explicou que uma lei regulamentou, em 11 de agosto de 1827, os primeiros cursos jurídicos no país, sendo então criadas as primeiras faculdades de Direito, uma em Olinda, e outra em São Paulo.



Moreira Mariz

JOÃO PEDRO

UNINDO-SE À HOMENAGEM, João Pedro (PT-PA) mencionou vários profissionais de destaque em seu estado, na área jurídica. Citou entre eles o advogado Félix Valois, que integrou a comissão de juristas criada pelo Senado Federal que elaborou o anteprojeto de reforma do Código de Processo Penal (CPP).



Moreira Mariz

Meta de redução, até 2010, foi detalhada por secretário do Ministério da Saúde em audiência na Comissão de Assuntos Sociais. Semiárido e Amazônia terão prioridade



Bertolozzi (E), Telles, Rosalba Ciarlini e Sílvia Cruz na CAS: em 2005 foram registradas no país 65 mortes por 100 mil partos

Governo planeja reduzir em 10% a mortalidade materna

O GOVERNO PRETENDE reduzir em 5% em 2009 e outros 5% em 2010 a mortalidade materno-infantil, antes, durante e após o parto, com prioridade para o semiárido nordestino e a Amazônia Legal. A informação foi dada à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) pelo diretor de Ações Programáticas e Estratégicas do Ministério da Saúde, José Luiz Telles.

— É inadmissível um país do porte do Brasil, que fez uma revolução em seu sistema sanitário, conviver com índices absurdos de mortalidade materna — avaliou, em debate na comissão.

No início da audiência, a senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN), presidente da CAS, apresentou dados do Ministério da Saúde segundo os quais, embora tenha

havido uma redução de 12,7% na mortalidade materna entre 2002 e 2005 no Brasil, para cada 100 mil partos, ocorriam 65 óbitos em 2005.

De acordo com o diretor, o programa envolve 17 estados e técnicos de saúde das secretarias de saúde estaduais e municipais. O representante do ministério anunciou também a compra centralizada de unidades de terapia intensiva (UTIs) neonatais.

Também na audiência, Sílvia Maria Cruz, coordenadora estadual da Pastoral da Criança de Sergipe, enfatizou a necessidade de disseminar a informação para a população sobre a importância de, a partir da 36ª semana de gestação, a mulher ser acompanhada a cada 15 dias e, no último mês, uma vez por semana.

— O cuidado e a vigilância com

a saúde da mulher são muito pouco conhecidos. Noventa por cento da população desconhece essa informação — disse.

Hélio Bertolozzi Soares, representante da Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia (Febrasgo), afirmou que as desigualdades regionais e as causas socioeconômicas devem ser levadas em conta quando se avalia a mortalidade materna. Na opinião do médico, esse é um problema que tem solução em médio prazo e que, no caso brasileiro, cada estado e cada município “espelham” o índice de desenvolvimento humano da região.

— Quanto melhor a qualidade da nação, do estado e do município, menor a mortalidade materna.

Grávidas requerem cuidados especiais contra gripe A

Durante audiência na CAS, o representante da Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia (Febrasgo), Hélio Bertolozzi Soares, afirmou que, devido aos altos índices de gravidade (80%) e de letalidade (31%) do vírus H1N1 em gestantes no Sul do país, mulheres grávidas devem ser afastadas do local de trabalho e de outras áreas de aglomeração, como *shopping centers* e ônibus. Disse ainda que, caso apresentem os sintomas da gripe, as gestantes deverão ser medicadas com oseltamivir — o Tamiflu.

Para o representante da Febrasgo, o uso do medicamento só é eficaz logo após o diagnóstico, pois, com o agravamento da doença, ele já não é eficiente. De acordo com Bertolozzi, para se prevenir, as gestantes devem fazer uso continuado de máscaras

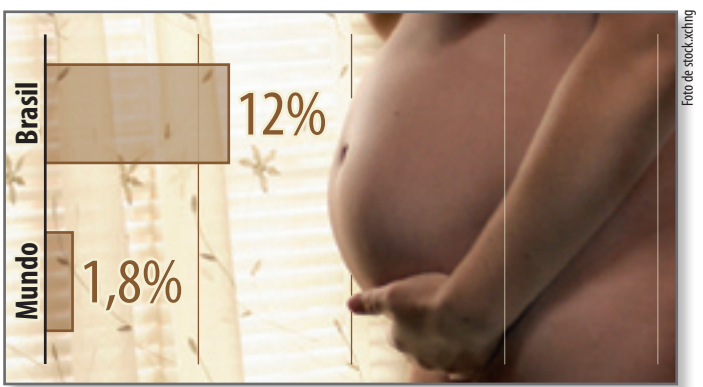
de proteção e trocá-las de três em três horas. O representante da Febrasgo alertou também para a necessidade de os médicos em contato com os pacientes com suspeita da gripe também

fazerem uso do medicamento como preventivo durante dez dias.

As orientações foram dadas em resposta ao senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB).

Mais grave e incisiva

O senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB) observou que as gestantes representam 12% das mortes por H1N1 no Brasil, índice muito superior à média mundial (1,8%)



Mão Santa aponta fracasso de produção de biodiesel no Piauí

O senador Mão Santa (PMDB-PI) criticou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva por ter incentivado o cultivo da mamona no Piauí — visando à produção de biodiesel. Para reforçar seus argumentos, o parlamentar citou diversos trechos da matéria “O fiasco do petróleo verde”, publicada na edição desta semana da revista *Época*.

Mão Santa lembrou que o senador José Agripino (DEM-RN) já havia alertado para o risco do empreendimento.

— Agripino disse, há cerca de cinco anos, que isso não daria certo, que não tem economicidade — ressaltou o senador pelo Piauí.

A matéria de *Época* cita o assentamento Santa Clara, vi-



Senador critica Lula por incentivar cultivo de mamona no estado

sitado por Lula em 2005, que hoje seria “palco de denúncias graves, como exploração de trabalho infantil, prostituição, desmatamento e produção ilegal de carvão”.

— Foi muita demagogia, muita farra — afirmou Mão Santa.

César Borges diz que Bahia vive um “desgoverno total”

César Borges (PR-BA) afirmou ontem, da tribuna, que a Bahia vive “o desgoverno total” e que o PMDB decidiu oficializar sua saída da administração do petista Jaques Wagner, entregando as três secretarias que ocupava.

O senador disse que o ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima, que é peemedebista, avisou por várias vezes o governador sobre a necessidade de mudança, o que não aconteceu.

— A saída do PMDB decretou que esse governo está morto; que, se esperança ainda havia, não há mais — frisou.

César Borges ressaltou que a Bahia está na iminência de uma greve da Polícia Militar; enfren-



César Borges informa que o PMDB deixou o governo Jaques Wagner

ta a maior epidemia de dengue da história do estado, com 40% dos casos notificados no Brasil; e viu os assassinatos em Salvador aumentarem 79% em três anos. Em apartes, recebeu apoio de Mário Couto (PSDB-PA) e Antonio Carlos Júnior (DEM-BA).

Rosalba homenageia Aluizio Alves, que completaria 88 anos

O ex-ministro, ex-deputado federal e ex-governador do Rio Grande do Norte Aluizio Alves — que completaria ontem 88 anos — foi homenageado por Rosalba Ciarlini (DEM-RN) durante pronunciamento em Plenário. O homenageado, que também foi presidente do PMDB em seu estado, morreu em maio de 2006.

Ao destacar que Aluizio Alves dedicou “praticamente toda a sua vida” à política, Rosalba recordou que ele foi ministro da Administração no governo de José Sarney e que, como

ministro da Integração Nacional na gestão de Itamar Franco, estimulou o projeto de integração da bacia do rio São Francisco com as bacias do Nordeste Sentrional.

A senadora também destacou que o homenageado foi um “jornalista militante”. Ela disse ainda que o legado de Aluizio Alves continua com seus filhos, como o deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), e que “a dedicação à causa pública está presente também em seu sobrinho”, o senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN).

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
 1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
 2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
 1º Secretário: Heráclito Fortes
 2º Secretário: João Vicente Claudino
 3º Secretário: Mão Santa
 4º Secretário: Patrícia Saboya
 Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
 Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Mão Santa • Marconi Perillo

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Ana Lucia Romero Novelli
 Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
 Chefe de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira
 Edição: Valter Gonçalves Júnior e Raíssa Abreu

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
 Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria
 Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
 Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer
 Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
 Arte: Cirilo Quartim, Claudio Portella, Diego Jimenez e Oscar
 Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Governo: dificuldade para registro de agrotóxicos

A falta de profissionais capacitados para proceder à avaliação técnico-científica dos novos produtos agrotóxicos é, hoje, um dos grandes problemas para a concessão dos registros de agroquímicos. Foi o que afirmaram ontem, em audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), representantes da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa); do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa); e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), órgãos responsáveis pela avaliação dos processos de registro de agroquímicos no Brasil.

O debate foi solicitado por Gilberto Goelner (DEM-MT), para examinar o não cumprimento do prazo máximo de até cinco meses para o deferimento ou não da concessão, bem como conhecer a tramitação, os entraves e os possíveis complicadores do processo. Participaram da audiência o gerente-geral de Toxicologia da Anvisa, Luiz Cláudio Meirelles; o coordenador-geral de Agrotóxicos e Afins do Mapa, Luís Eduardo Pacifi Rangel; o diretor de Qualidade Ambiental do Ibama, Reinaldo de Vasconcelos; a coordenadora de Avaliação Ambiental de Substâncias e Produtos Perigosos do Ibama, Kenia Godoy; e o presidente do Conselho do Instituto Brasileiro de Frutas (Ibrafr), Luiz Borges Júnior.



Borges Júnior (E), Rangel, Luiz Cláudio e Valter Pereira na CRA

Valadares quer agilizar Estatuto do Produtor

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) pediu aos senadores que acelerem a votação do projeto que cria o Estatuto do Produtor Rural, de sua autoria, que reúne em apenas um documento toda a legislação relativa ao setor. A proposta (PLS 325/06) encontra-se em debate na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), onde é relatada por Kátia Abreu (DEM-TO).

Valadares disse que recebeu contribuição de todos os setores para a elaboração do projeto, que trata tanto da agricultura familiar quanto do agronegócio, dando ênfase à função social da terra. A ideia central, segundo o senador, é descomplicar a vida dos produtores, reduzindo custos e burocracia. "A agricultura familiar deve ter seu espaço. Ela é tão necessária como a grande produção", sustentou.

Inovação

O senador afirmou que o Estatuto do Produtor Rural inova ao dar uma melhor definição sobre as regras para o produtor receber seguro contra calamidades. A atual legislação, no seu entendimento, contém regras "não muito claras", as quais muitas vezes deixam o pequeno produtor nas mãos dos bancos.

O projeto fixa em no máximo 30 dias o prazo para que um banco aprecie um pedido de financiamento rural. Na parte que trata de meio ambiente, a proposta exige das indústrias rótulos com linguagem simples e clara.



"A agricultura familiar é tão necessária como a grande produção", garante Valadares



Delcídio Amaral (E) preside reunião da CAE que acatou duas mensagens com programação monetária

Imposto de Renda poderá ser pago em até nove parcelas

Projeto de Raimundo Colombo aprovado ontem em decisão terminativa pela CAE determina ainda que não haverá incidência de juros ou correção sobre cada prestação do saldo a ser pago pelo contribuinte

O CONTRIBUINTE PODERÁ optar por parcelar o saldo do Imposto de Renda a pagar em até nove quotas iguais, mensais e sucessivas, sem a incidência de juros ou correção sobre cada prestação. É o que prevê projeto (PLS 59/09) de Raimundo Colombo (DEM-SC) aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão terminativa.

A legislação em vigor prevê o parcelamento em até oito vezes, com juros e correção a depender do valor a ser pago. Na votação, foi derrubada emenda de João Tenório (PSDB-AL) – inicialmente designado relator do projeto – a qual se destinava a manter os juros e a correção atualmente aplicados. O sena-

dor alegou o princípio da isonomia, já que o governo está sujeito aos mesmos juros na restituição do imposto pago a maior. Como João Tenório estava ausente, foi substituído por Osmar Dias (PDT-PR), que optou por recomendar a aprovação do texto no mesmo formato previsto pelo autor. Assim, a emenda foi examinada à parte.

Contra a emenda, Colombo observou que o aumento do número de parcelas não era o mais importante. Segundo ele, o objetivo principal de seu projeto era diminuir a prestação do complemento do imposto depois da declaração anual de ajuste, um sacrifício, acrescentou, que recai basicamente sobre os assalariados.

– Não é justo tirar poder de compra do assalariado, o que prejudica a própria economia – defendeu.

Programação monetária

Foram acolhidas ainda duas mensagens presidenciais (MSF 51 e 109/09) contendo a programação monetária aprovada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) para o segundo e terceiro trimestres deste ano.

Conforme o relator, senador Romero Jucá (PMDB-RR), os documentos foram elaborados considerando o cenário econômico mundial dos últimos meses, que se caracterizou pela intensificação dos impactos da crise financeira global.

Aprovada contribuição assistencial para trabalhador

Proposta que cria contribuição assistencial compulsória destinada ao financiamento da negociação coletiva e de outras atividades sindicais, de autoria de Paulo Paim (PT-RS), foi aprovada na Comissão de Assuntos Econômicos.

O relator, Inácio Arruda (PCdoB-CE), rejeitou duas emendas de Flexa Ribeiro (PSDB-PA). A matéria (PLS 248/06) já havia sido aprovada em decisão terminativa pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), mas passou a tramitar na CAE graças a requerimento nesse sentido aprovado no Plenário, e volta agora ao exame da CAS antes de seguir para a Câmara. De acordo com a proposta,

fraudes, desvios ou recusa arbitrária do empregador em fazer o desconto da contribuição em folha de pagamento serão considerados ilícitos e receberão punições já previstas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), cabendo apuração pelo Ministério Público.

Único senador a votar contra a proposta, Francisco Dornelles (PP-RJ) questionou a criação "de outra contribuição compulsória para os trabalhadores" em meio a uma situação de custo Brasil elevado; o fato de ser cobrada de trabalhadores não sindicalizados; e o tratamento isolado de um assunto "que deveria ser discutido no âmbito

de uma reforma sindical e trabalhista". Paim se comprometeu a analisar essas ponderações na CAS. Osmar Dias (PDT-PR) apontou como avanços o fato de a contribuição financiar a negociação coletiva e de seu percentual – que não poderá ser superior a 1% do salário bruto anual do trabalhador em atividade – ser definido em assembleia de trabalhadores. Para César Borges (PR-BA), a contribuição não terá reflexo no aumento do custo Brasil, já que os recursos vão sair do bolso do trabalhador. E Aloizio Mercadante (PT-SP) afirmou que fortalecer os sindicatos aperfeiçoa a relação capital-trabalho.

CCJ vai analisar constitucionalidade de criação do Funcaju

A constitucionalidade de substitutivo dos deputados à proposta que cria o Fundo de Apoio à Cultura do Caju (Funcaju) foi questionada por Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), durante análise da matéria na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Em vez de votar o projeto (PLS 163/00), a comissão decidiu aprovar requerimento de Valadares para que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) se pronuncie sobre a dúvida.

A polêmica começou após a leitura de parecer favorável de Efraim Moraes (DEM-PB) ao substitutivo da Câmara. Ideli Salvatti (PT-SC) apresentou voto em separado defendendo a aprovação do substitutivo com mudanças.

– Esse projeto foi apresentado antes de se ter uma política de desenvolvimento da cultura do caju. O que nós queremos, ao torná-lo autorizativo, é preservá-lo e permitir ao governo que, ao adotá-lo, leve em conta as políticas já executadas no setor – explicou.

A proposta também será examinada pela Comissão de Agricultura (CRA).

CAE aprova quatro requerimentos de audiência

Quatro requerimentos de audiência pública foram aprovados pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O primeiro debate destina-se a instruir a votação de projeto que institui o Fundo de Financiamento para Micro, Pequenas e Médias Empresas.

A segunda audiência trata da proposta de regulamentação da concessão e (ou) partilha na exploração de áreas de pré-sal. O terceiro debate visa instruir o PLS 367/04, sobre participação aos estados e municípios no resultado da exploração de energia nuclear, e a quarta audiência deve discutir a situação da indústria do fumo.

Por fim, a comissão aprovou requerimento de Arthur Virgílio (PSDB-AM) convidando ministros do Tribunal de Contas da União a prestar esclarecimentos sobre o suposto pagamento de CPMF pelo governo, um ano depois da extinção do tributo, nos contratos firmados com a iniciativa privada.

Senadores pedirão urgência para projeto sobre tarifa bancária

Para acelerar a regulamentação da cobrança das tarifas bancárias, integrantes da Comissão de Assuntos Econômicos irão propor que os líderes partidários assinem requerimento em Plenário pedindo regime de urgência para a tramitação de proposta de Ideli Salvatti (PT-SC) e Flávio Arns (PT-PR) sobre o tema. O texto amplia as vedações atuais sobre tarifas e prevê multa a ser calculada, a cada descumprimento da lei, pela multiplicação de R\$ 1 pelo número de contas correntes e de poupanças na instituição infratora.

O texto (PLS 595 – Complementar), que seria votado ontem na CAE, saiu de pauta em decorrência de requerimento apresentado em Plenário por Kátia Abreu (DEM-TO) propondo o exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Ideli, Osmar Dias (PDT-PR) e o relator do projeto, Renato Casagrande (PSB-ES) – que apresentou com voto pela aprovação de substitutivo – consideraram a iniciativa de Kátia Abreu como destinada a retardar o exame da proposta.

Comissão de Educação aprova projeto de Cristovam, Marisa Serrano e Augusto Botelho que tem o objetivo de "valorizar o magistério público em todos os níveis"

Professor do ensino básico deve ter dedicação exclusiva

AO ESTABELECEM OS planos de carreira do magistério público, os poderes públicos competentes instituirão o regime de dedicação exclusiva para os docentes da educação básica, segundo determina projeto aprovado ontem, em decisão terminativa, pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

O projeto tem como autores os senadores Cristovam Buarque (PDT-DF), Marisa Serrano (PSDB-MS) e Augusto Botelho (PT-RR). Segundo a proposta (PLS 4/08), os sistemas de ensino facultarão aos atuais ocupantes de cargos de docentes a opção pelo regime de dedicação exclusiva. Os docentes que se enquadrarem nesse regime, ainda de acordo com o texto, receberão remuneração nunca inferior a 70% da recebida por professores de instituições federais de educação superior com titulação



Integrantes da comissão votam diversos projetos e requerimentos

equivalente.

Conforme o voto apresentado pelo relator da matéria, Gerson Camata (PMDB-ES), o projeto é "plenamente consentâneo com o imperativo moral de valorização, no Brasil, do magistério público, em todos os níveis".

A comissão aprovou ainda dois requerimentos. O primeiro, de Pedro Simon (PMDB-RS), solicita a realização de audiência

pública para debater o "excessivo endividamento" de estudantes que optaram pelo Programa de Financiamento Estudantil (Fies). O segundo é de Flávio Arns (PT-PR), presidente da CE, e solicita o apoio da comissão à realização do projeto "O Poder Legislativo fazendo parte do time da Copa de 2014", a ser organizado por comissões do Senado e da Câmara.

Execução obrigatória do Hino Nacional nas escolas

O Hino Nacional deverá ser executado uma vez por semana nos estabelecimentos públicos e privados de ensino fundamental. A medida consta de projeto aprovado ontem, em decisão terminativa, pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O relator da matéria na comissão foi o senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), que lembrou – durante reunião anterior da CE, quando apresentou seu voto – que sempre cantava o hino quando ia à escola, em sua infância. De acordo com o senador, o hino brasileiro "é considerado um dos mais bonitos do mundo".

O projeto (PLC 29/09) acrescenta parágrafo único ao artigo 39 da Lei 5.700/71, que trata dos símbolos nacionais. Segundo a lei em vigor, já são obrigatórios o canto e a interpretação da letra do Hino Nacional em todas as escolas. Não há, porém, menção à frequência de execução do hino, lacuna que a atual proposta procura preencher.

Igualmente em decisão terminativa foram aprovados dois projetos de lei destinados a incluir novos nomes no Livro



Inácio Arruda: "Hino brasileiro é considerado um dos mais bonitos"

dos Heróis da Pátria, depositado no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, em Brasília.

O primeiro deles é o Projeto de Lei do Senado 108/08, do senador Marconi Perillo (PSDB-GO), que inscreve no livro o nome do jurista Rui Barbosa. O relator foi Marco Maciel (DEM-PE).

A segunda proposta aprovada é o Projeto de Lei da Câmara 63/09, relatado por Paulo Paim (PT-RS), que inscreve no mesmo livro o nome de Sepé Tiaraju, índio guarani que atuou em defesa dos habitantes das missões guaranis do Rio Grande do Sul, em meados do século 18.

Impasse prejudica 100 mil estudantes da Unitins

A bancada de parlamentares do Tocantins negociará com a Fundação Universidade do Tocantins (Unitins) uma proposta visando acabar com o impasse que está prejudicando quase 100 mil estudantes de graduação de todo o país, matriculados nos cursos a distância oferecidos pela instituição.

A proposta será levada, provavelmente na próxima semana, ao ministro da Educação, Fernando Haddad, pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado, pela Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, pela União

Nacional dos Estudantes (UNE), pela Frente Parlamentar de Apoio à Educação a Distância e pela Associação Nacional de Educação a Distância.

Essa foi a principal decisão tomada na reunião extraordinária realizada na tarde de ontem pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado, atendendo a solicitação da bancada federal de parlamentares do Tocantins. O encontro debateu propostas para tentar reverter a decisão tomada pelo Ministério da Educação de fechar vários polos de cursos de graduação a distância da Unitins e impedir a

universidade de realizar novos vestibulares.

Incerteza

A primeira convidada a se pronunciar foi a deputada federal Nilmar Ruiz (DEM-TO), coordenadora da Frente Parlamentar de Apoio à Educação a Distância. Nilmar Ruiz lembrou que mais de 30 mil alunos já se formaram pela Unitins, enquanto mais de 90 mil, que permanecem como alunos, não sabem se conseguirão concluir seus cursos em virtude dos problemas da universidade com o Ministério da Educação.

Paraná avança no cumprimento de metas da ONU, afirma Osmar

Apesar de enfrentar problemas na área da saúde, o Paraná registrou avanços no cumprimento de 11 metas fixadas no ano 2000 pela Organização das Nações Unidas (ONU) para cumprimento até 2015, de acordo com Osmar Dias (PDT-PR). Os 11 objetivos assumidos pelos estados visam melhorar as condições de vida da população.

O senador disse que as metas estabelecidas para o Paraná foram assumidas pelos governos municipais, pelo governo estadual e pelas entidades da sociedade civil, o que deu mais dinamismo ao processo.

Das 11 metas, Osmar Dias destacou quatro que já foram praticamente atingidas. A primeira foi reduzir pela metade, até 2015, a proporção da população com renda abaixo da linha da pobreza. O Paraná atingiu o patamar de 57%, com exceção de uma região, o centro-sul.

O estado também já superou



Osmar Dias destaca papel assumido por governos e sociedade civil

a meta de reduzir pela metade a proporção da população que sofre de fome, tendo chegado ao percentual de 87% em praticamente todas as regiões. Outra meta praticamente atendida foi eliminar a disparidade entre os sexos em todos os níveis de ensino.

Uma meta plenamente atingida, disse o senador, foi a de reduzir à metade a proporção da população sem acesso sustentável à água potável segura.

Papaléo quer compensação ao Amapá por preservar floresta

Papaléo Paes (PSDB-AP) defendeu ontem uma compensação financeira expressiva a seu estado, o Amapá, em reconhecimento ao esforço que desenvolve para manter intactas grandes áreas florestais.

O senador afirmou que existe uma ampla preocupação social com a proteção da natureza no Amapá, o que lhe garante o título de estado mais bem preservado da região amazônica e a salvaguarda de 75% de suas terras, que são formadas por áreas indígenas e de proteção ambiental.

– O Amapá conseguiu conservar essa paisagem ao longo dos anos e, hoje, usufrui desse privilégio porque seu processo de modernização não foi agressivo.

Papaléo Paes ressaltou ter apresentado dois projetos complementares que, a seu ver, podem contribuir para garantir essas compensações ao estado.



Papaléo diz que estado é o mais preservado da região amazônica

Um deles, o PLS 319/05, determina que os valores arrecadados em pagamento de multas por infração ambiental sejam integralmente revertidos ao Fundo Nacional do Meio Ambiente. O outro, PLS 320/05, altera esse fundo, buscando priorizar projetos que beneficiem municípios onde haja parques nacionais.

– Nos últimos dez anos, o estado do Amapá plantou mais do que desmatou – destacou o parlamentar.

Mesquita Júnior vai propor a destinação de gorjeta a garçons

Ao comemorar em Plenário o Dia do Garçom, o senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) se comprometeu a apresentar um projeto regulamentando o repasse à categoria da gratificação de 10% sobre o valor consumido em bares e restaurantes, tradicionalmente cobrado dos clientes.

Mesquita Júnior disse que há empresários do setor que recebem o valor da gorjeta e dele se apropriam para fazer o pagamento do salário do garçom, gerando uma distorção, uma vez que a gratificação deveria apenas complementar o salário desses profissionais.

O parlamentar condenou essa prática, lembrando que o garçom faz jus à gorjeta pelo seu contato direto com a clientela, "pela sua lhanza,



No Dia do Garçom, Mesquita Júnior anuncia apresentação de projeto

pela sua gentileza no trato, no atendimento".

– Nada tem a ver com salário; salário é algo sagrado, está lá registrado entre ele e a empresa, mas além do salário ele faz jus a essa gratificação – disse.

Em apertado, Heráclito Fortes (DEM-PI) e Expedito Júnior (PR-RO) apoiaram Mesquita Júnior.